

# Os desafios do próximo Governo

Presidente terá que acertar contas públicas para país voltar a crescer e gerar mais empregos

Claudia Moretz-Sohn

**N**o seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso conseguiu o que se tentava há mais de uma década: combater a inflação. No segundo — já que todas as pesquisas indicam que ele deverá ser reeleito para a Presidência da República — terá grandes desafios pela frente. Reformas tributária e da Previdência, equilíbrio das contas públicas, crescimento e geração de empregos são os principais pontos a serem atacados não nos próximos quatro anos, mas o mais rapidamente possível.

O Brasil de hoje não é o mesmo de antes de 1994, quando foi criado o Plano Real. Naquela época, a inflação estava em 40% mensais, os preços subiam diariamente e os salários chegavam ao fim do mês com pouco mais da metade de seu poder de compra. Agora, há deflação — o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficou em 0,08% negativo em setembro. Mas isso só não basta: é preciso virar a página, fazer o ajuste fiscal e equilibrar as contas para voltar a crescer, gerando empregos e distribuindo riqueza.

## Déficit fiscal já chega a 7,5% do Produto Interno Bruto

O desequilíbrio financeiro talvez seja o principal problema do Governo. Este ano, o déficit fiscal nominal (incluído o pagamento de juros) já chega a 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), aproximadamente R\$ 65 bilhões. Quase a totalidade dessa conta deve-se aos juros que o Tesouro paga para remunerar os títulos públicos que vende ao mercado, já que o resultado primário (que exclui juros) deverá ter um superávit ao redor de 2% este ano.

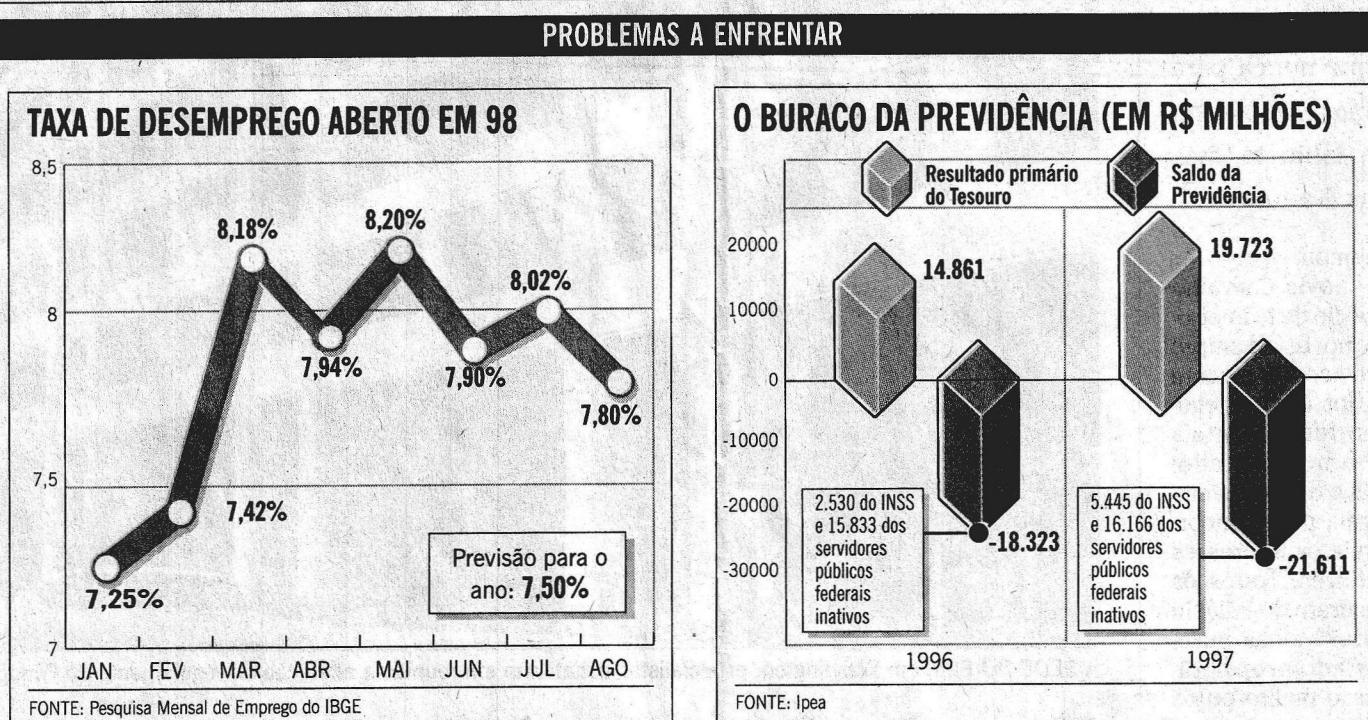
— Só com os juros da dívida pública (hoje ao redor de R\$ 300 bilhões), o Tesouro gasta US\$ 10 bilhões por mês. É mais do que uma Vale do Rio Doce. Não faz sentido isso continuar numa conjuntura de deflação — diz o economista Lauro Vieira de Faria, redator-chefe da revista "Conjuntura Econômica", da FGV.

Outra conta a ser equacionada é a das transações correntes, que envolvem todos os negócios do Brasil com o exterior: exportações, importações, pagamentos de fretes, seguros, royalties e até juros da dívida externa. Esse déficit já está em 4% do PIB, uns US\$ 32 bilhões. E, com o real valorizado e o custo Brasil sobre as exportações, fica difícil tapar esse buraco. Para o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, a incidência de tributos é hoje a maior barreira nas vendas ao exterior:

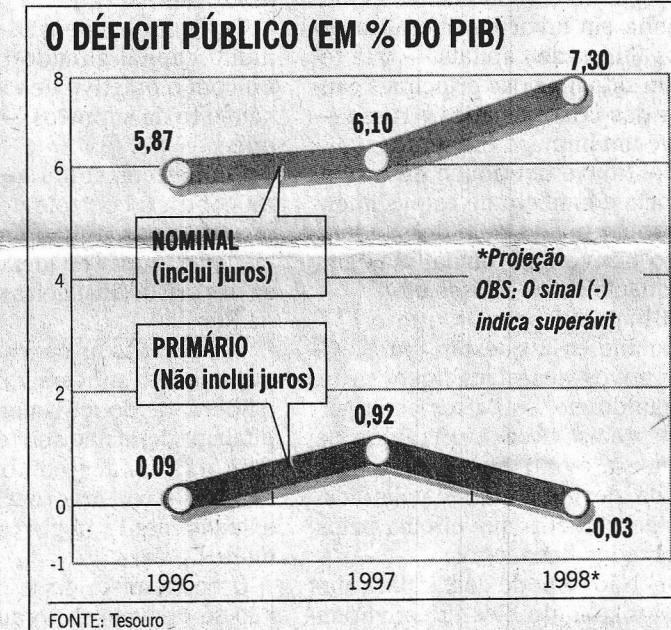
— O sistema tributário é o maior inibidor da expansão das exportações. A Fipe calcula que uma reforma que desonerasse as vendas ao exterior equivale a uma desvalorização cambial de 12%. Ou seja, nem seria preciso mexer no câmbio para melhorar a balança.

## Brasil tem 1,7 contribuinte na ativa para cada aposentado

Outro grande desafio é a Previdência, cujo projeto de reforma ainda não foi totalmente aprovado no Congresso. O tamanho do problema pode ser medido em três números: o déficit de aposentadorias e pensões pagas pelo INSS aos inativos do setor privado (R\$ 7 bilhões), os servidores públicos federais (R\$ 19 bilhões) e o funcionalismo de estados e municípios (mais R\$ 22 bilhões). A situação é tão grave que, atualmente, existe 1,7 contribuinte na ativa para cada aposentado, contra 5,52 no Japão e 3,23 nos Estados Unidos. O déficit atuarial do INSS (despesa futura



● **SEM TRABALHO:** Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa anual de desemprego poderá fechar 1998 em 7,50%, a mais alta desde 1982. Vale ressaltar que isso é desemprego aberto, ou seja, sem considerar subemprego e biscoites. Em São Paulo, onde a Fundação Seade e o Dieese levam esses dados em conta, a taxa já passou de 18,9% da população economicamente ativa, o que significa mais de 1,5 milhão de pessoas sem lugar no mercado de trabalho. Os economistas apontam dois pontos essenciais para a geração de empregos: a flexibilização das leis trabalhistas — que no Brasil são inspiradas nas idéias de Mussolini da década de 30 — e a redução dos encargos. Para uma empresa, um dos estímulos para a contratação é saber que o custo da demissão não será elevado demais.



● **GASTOS EXCESSIVOS:** O Brasil gasta mais do que arrecada, e com isso já acumula este ano um déficit fiscal de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a R\$ 64,9 bilhões — incluindo-se despesas com juros e correção monetária. Por isso, é preciso diminuir o tamanho do Estado, cortando gastos e arrecadando mais. Uma das estratégias para isso seria aumentar impostos, mas pode ter efeito inócuo, num ano em que deverá haver queda de produção. Quanto ao déficit em conta corrente, o economista José Júlio Senna calcula que, nestes meses que faltam para terminar 1998 e em todo o ano de 1999, o buraco ficará entre US\$ 30 bilhões e US\$ 35 bilhões, mesmo considerando-se os investimentos diretos (entre US\$ 17 bilhões e US\$ 18 bilhões) e o financiamento de importações no valor de US\$ 15 bilhões.

com pessoas que já entraram no mercado de trabalho, somada ao pagamento das atuais aposentadorias) é de quase R\$ 3 trilhões, mais do triplo do PIB.

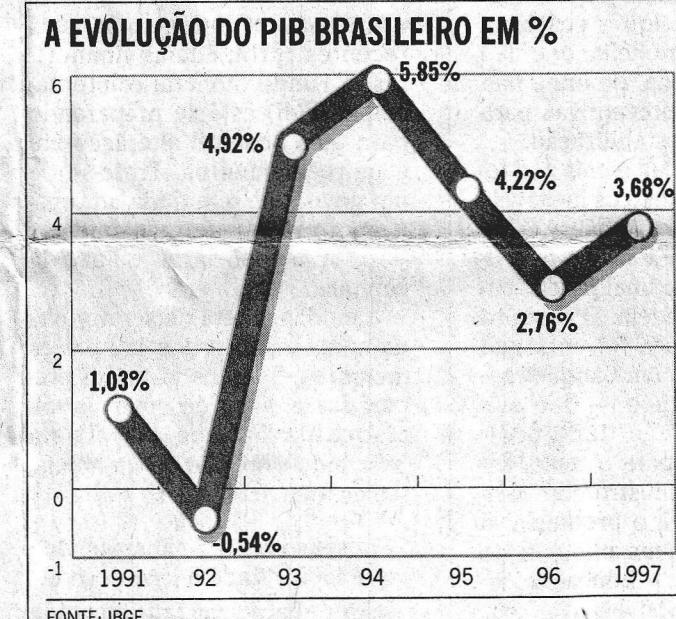
— O nome do déficit do setor público é Previdência Social — diz Francisco de Oliveira, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e um dos integrantes da equipe do Governo federal que estuda um novo modelo para o setor.

Capitaneado pelo economista André Lara Resende, o grupo do qual Oliveira faz parte tem uma proposta para resolver a questão da Previdência. E não passa pelo aumento da alíquota de contribuição — que era de 3%, em média, na

década de 40, e hoje já está em 32% sobre a folha de salários (22% para empregadores e 10% para empregados), bem mais do que na Alemanha (19,5%) e nos Estados Unidos (12,5%). A alternativa em estudos é criar um equilíbrio atuarial individual. Traduzindo em miúdos, significa o trabalhador receber, ao se aposentar, o que efetivamente contribuiu ao longo da vida.

Vencidos esses desafios iniciais, o Brasil poderá voltar a crescer a taxas mais elevadas e, consequentemente, gerar empregos. O coordenador-adjunto de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, diz que o desafio de expandir o mercado de trabalho envolve duas frentes: atração de investimentos e programas de requalificação para adequar o perfil do trabalhador à demanda por mão-de-obra. Ele aponta como um dos desafios do próximo Governo a reforma da legislação trabalhista, de forma que os encargos incidentes sobre as demissões não façam com que as empresas pensem duas vezes antes de contratar alguém.

O economista-chefe do Banco Fleming Graphus, José Júlio Senna, lembra que o Brasil está muito abaixo do seu "produto potencial", isto é, o que poderia produzir em condições de normalidade, seguindo sua média histórica. Es-



● **ESTAGNAÇÃO:** O crescimento do PIB (a soma de todas as riquezas produzidas no país) este ano deverá ficar em no máximo 1% — há quem fale até em zero — também em consequência da crise mundial. Não há geração de empregos e a renda per capita cai (já que a população aumenta na razão de 1,5% ao ano, um ritmo mais veloz que o do Produto Interno Bruto), assim como a arrecadação de impostos. Para estimular a retomada do crescimento, o Governo precisa reduzir os juros (hoje ao redor de 40% anuais) e voltar a atrair investimentos diretos. No ano passado, graças à nova metodologia de cálculo adotada pelo IBGE, o PIB teve um crescimento de 3,68%, chegando à marca de R\$ 866,8 bilhões. Essa taxa, porém, ainda está longe da média do pós-guerra, que foi de 4,25%.

sa média, ao longo de todo o pós-guerra, foi de 4,25%. Como na década de 80 e em boa parte dos anos 90 o crescimento foi inferior a essa taxa, o PIB brasileiro está 16,5% abaixo de seu potencial. Isso significa que o Brasil poderia estar R\$ 140 bilhões mais rico, com seu Produto Interno Bruto beirando R\$ 1 trilhão em 1998.

— É isso o que caracteriza o desemprego, e é isso que precisa ser revertido. Se a média histórica é de 4,25% e estamos abaixo dela, precisamos crescer acima dessa taxa para voltar ao ponto inicial. Para retomar o crescimento, porém, é preciso reduzir os juros — diz Senna. ■